

Nova renegociação de dívidas beneficia estados

Em troca da rolagem das dívidas, governadores vão apoiar a aprovação do projeto de lei que desonera as exportações

por Líliliana Enriqueta Lavoratti
de Brasília

A três meses das eleições municipais, o governo federal está fazendo um pacote para melhorar a situação financeira dos estados. O pacote envolve a renegociação das dívidas dos estados com a União – contratuais e mobiliária (em títulos) – e um programa de socorro para os bancos estaduais.

O próximo da fila é o Piauí. Ainda nesta semana, o estado deverá rolar seus débitos em condições privilegiadas, reduzindo pela metade o limite de endividamento em relação à receita líquida, a exemplo do que ocorreu dias atrás com o Mato Grosso e poderá ser feito também com Alagoas.

Em troca da rolagem das dívidas com a União, o que dá uma folga na crise financeira dos estados, os governadores vão apoiar no Congresso a aprovação do projeto de lei complementar de desoneração das exportações de produtos semielaborados e primários, além de investimentos (bens do ativo fixo das empresas). A proposta antecipa parte da reforma tributária.

O ministro do Planejamento, Antônio Kandir, que lidera esta parte das negociações, tem reunião

marcada nesta semana com os secretários estaduais de Fazenda para fechar o modelo de compensação das perdas na arrecadação com o fim do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre essas exportações.

Ao facilitar o pagamento das dívidas contratuais renegociadas no final do ano passado, o governo federal mudou seu discurso. Até pouco tempo atrás, a prioridade era a contenção dos gastos das administrações estaduais para reduzir o déficit público.

No final de 1995, foram estabelecidos, depois de ampla negociação, os limites de endividamento em relação à receita líquida, ou seja, quanto os estados passaram a desembolsar de sua arrecadação para abater dívidas com a União. As facilidades foram proporcionais ao comprometimento com metas de privatização, cortes na folha de pagamento e enxugamento da máquina administrativa.

Não estava prevista uma nova rolagem das dívidas contratuais – aquelas junto a bancos federais e outros órgãos públicos, e também a efetivamente paga, uma vez que a mobiliária deixou de ser abatida há muito tempo.

A renegociação da dívida mobiliária está pendente há vários anos. Essa dívida pesa sobretudo para os quatro maiores devedores – São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Juntos, eles devem R\$ 35 bilhões à União, valor este que sobe vertiginosamente por causa da política de juros altos.

Também está em andamento o programa de socorro aos bancos estaduais, que deveria ter sido anunciado meses atrás.

Agora, junto com essas medidas, o governo federal resolveu rolar mais uma vez as dívidas contratuais dos estados em pior situação financeira.

Depois do governador do Mato Grosso, Dante de Oliveira (PDT), o primeiro a conseguir um acordo

com o governo federal na semana passada, o próximo a rolar suas dívidas é o Piauí. O limite de endividamento do Piauí será reduzido dos atuais 27% para no máximo 15% da receita líquida, a exemplo do que foi concedido ao Mato Grosso, que obteve uma diminuição ainda maior, de 46% para 15%.

Ontem, o governador piauiense, Francisco de Assis Moraes Sousa (PMDB), fechou com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) o projeto de privatização da Companhia de Eletricidade do Estado (Cepisa). Com isso, o banco vai antecipar ao estado parte da receita da venda da estatal que será usada para colocar em dia a folha de pagamento de pessoal.

De acordo com fontes do governo do Piauí ouvidas por este jornal, o estado enfrenta mensalmente um déficit da ordem de R\$ 8,5 milhões. Setenta por cento da receita líquida – depois de descontadas as transferências obrigatórias aos municípios – são comprometidos com a folha de pagamento (R\$ 39 milhões). O restante dos recursos – de R\$ 15 milhões a R\$ 18 milhões – é usado para quitar dívidas com a União. O pagamento do funcionalismo está atra-

sado há dois meses. Os juízes já chegaram a ameaçar que não vão trabalhar nas eleições de outubro se seus salários não estiverem em dia.

Os estados alegam que as facilidades concedidas até agora pelo governo federal são insuficientes para equilibrar as contas, mesmo com os programas de cortes na folha de salários e privatização. Nas negociações, que estão sendo encabeçadas pelo secre-

tário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, está em discussão uma proposta de rolagem da dívida mobiliária. Os estados abateriam um terço do débito com receita de privatização de estatais e, em troca, o Tesouro ampliaria para 30 a 40 anos o prazo de pagamento de outro terço. Pela proposta, a terceira parte da dívida também seria assumida pela União na forma de redução de juros.



Francisco de Assis
Moraes Sousa